Egídio Viganò

**O COMPONENTE LAICAL DA COMUNIDADE SALESIANA**

Atos do Conselho Superior

Ano LXI – outubro-dezembro, 1980

N. 298

1. O rosto original da nossa Sociedade. — 2. A figura do Salesiano coadjutor: *Descrição dos vários serviços* — *A sua nota qualitativa.* — 3. Delicado trabalho de identificação: *o Coadjutor é um ‘religioso’* — *Não é um ‘secular consagrado’* — *é plenamente ‘salesiano’* — *Escolheu a ‘dimensão laical’.* — 4. Em que consiste a ‘dimensão laical’?: *‘Laicidade’ a nível de criação* — *‘Laicidade’ a nível de missão da Igreja* — *‘Laicidade como dimensão realizável na vida religiosa.* — 5. A verdadeira marca do Salesiano coadjutor: *Sentido de pertença comunitária* — *Consciência de uma ‘abertura secular’ da Congregação.* — 6. Situação problemática: *Alguns dados estatís­ticos* — *Uma sugestão de perspectiva* — *Confiança na ação do Espírito Santo.* — 7. O com­promisso mais urgente hoje. — 8. A tarefa estratégica da formação: *Unidade da formação* — *Formação específica* — *Formação permanente.* — 9. Dois apelos autorizados.

Roma, 24 de agosto de 1980.

Queridos irmãos,

há muito desejava conversar convosco sobre um tema vital, o ‘Salesiano coadjutor’. Tema que merece atenta reflexão e particular cuidado, hoje, em todas as Inspetorias, em cada Casa, na mentalidade e no coração de cada irmão.

Discutiram-no com particular preocupação os dois últimos Capítulos Gerais. Interpela-nos a realidade com urgência. Trata-se não apenas do Irmão coadjutor, mas de cada um de nós, de todos, da comunidade, de uma dimensão da nossa Sociedade. Não só ‘ele’, mas ‘nós’. Toca­mos um tema capital para a Congregação.

Entra na sua organização. É parte viva da sua identidade e constitui um componente dinâmico e qualificativo da sua missão.

Conhecemos o pensamento criativo de Dom Bosco a respeito. Quando ainda vivia, tratou-se desse tema nos primeiros quatro Capítulos Gerais, e depois em quase todos os seguintes.

Dele falaram os Reitores-Mores de diversas maneiras com visão congregacional, convenci­dos de salientar uma originalidade comunitária nossa. O P. Albera, no fim da vida, havia pre­parado alguns apontamentos para uma circular sobre ‘Dom Bosco modelo dos Coadjutores’, paralela à outra tão preciosa de 1921 sobre ‘Dom Bosco modelo do Sacerdote salesiano’. O P. Rinaldi escreveu em 1927 uma carta verda­deiramente fundamental sobre ‘O Coadjutor salesiano no pensamento de Dom Bosco’ (ACS, n. 40, 572-580). Hoje, sobretudo hoje, merece ser relida e meditada porque mostra os horizontes do pensamento de Dom Bosco.

As profundas mudanças sociais e eclesiais fizeram com que os dois últimos Capítulos Gerais voltassem com muita determinação a esse tema. Fê-lo de maneira mais sistemática o CG21 no documento 2º sobre “O Salesiano coadjutor — uma vocação de ‘religioso leigo’ a serviço da missão salesiana” (CG21, n. 166-211) e no documento 3º sobre “A formação para a vida salesiana” (CG21, n. 299-306). Gostaria de comentar os seus aspectos mais renovadores e trazer seriamente à memória várias orientações iluminadoras e algumas exigências operativas.

1. O rosto original da nossa Sociedade

Escreveu o P. Rinaldi que “o Coadjutor salesiano é uma criação genial do grande coração de Dom Bosco, inspirado pela Auxiliadora” (ACS, n. 40, 574). Insistiu sobre a “moderni­dade genial” dessa figura de sócio e deu os motivos dizendo: “O Coadjutor salesiano não vem em segundo lugar, nem é a ajuda, o braço direito dos sacerdotes irmãos seus de religião, mas é igual a eles, podendo preceder e superar na perfeição, como o comprova amplamente a experiência quotidiana” (l. c., 574).

Se não afastarmos do seu contexto essa afirmação tão nítida, devemos procurar compreender como a “genialidade criativa” de que fala o P. Rinaldi repercute de fato sobre o pró­prio ser de toda a Congregação. Ela nos aju­dará a refletir sobre a figura de cada sócio no interior da Comunidade salesiana.

A ‘Comunidade’, depois do Concílio, foi objeto de particular aprofundamento, e isso influi na característica dos seus membros. A nossa Sociedade, dizem as Constituições, consta de eclesiásticos e de leigos (Const. art. 3); e acrescentam que “viver e trabalhar juntos é para nós Salesianos uma exigência fundamen­tal e um caminho seguro para realizar a nossa vocação” (Const. art. 50); nossa “missão é confiada em primeiro lugar à comunidade, inspetorial e local. Seus membros têm funções complementares com incumbências todas elas importantes” (Const. art. 34).

Dessas indicações constitucionais brota uma constatação que deve tocar a interioridade e a mentalidade de cada sócio. O Salesiano deve sentir insculpida no seu coração de ‘membro da comunidade’ uma relação congénita de referên­cia de si próprio a uma complementaridade objetiva com outras figuras de irmãos diferentes na sua característica de Sale­sianos. Assim, o Salesiano padre ou clérigo (e diácono permanente, que mereceria uma refle­xão à parte), pela própria força de comunhão da sua salesianidade, deve sentir-se espontanea­mente referido ao Coadjutor. E o Salesiano coadjutor deve sentir a mesma coisa em rela­ção ao irmão padre ou clérigo.

A nossa vocação, radicalmente comunitária, exige uma comunhão efetiva não só de fraterni­dade entre as pessoas, mas também, e de ma­neira altamente significativa, de referência mútua dos seus dois componentes fundamen­tais: o ‘sacerdotal’ e o ‘laical’. Todo irmão, padre, clérigo ou coadjutor, vive a sua vocação sacerdotal ou laical em estreita relação de inte­gração com a outra, e não sozinho e para si como se ela fora uma característica indepen­dente ou, quem sabe, indiferente.

As duas dimensões fundamentais de opção exigem uma relação mútua vital entre as dife­rentes pessoas que as vivem. Elas desenvolvem-se numa simbiose comunitária, segundo uma dosagem harmoniosa que procura compe­netrar de dentro para fora uma com a outra no projeto da ‘modernidade genial’ e da missão comum que constituem ‘a índole própria’ da nossa Congregação religiosa (Cf. CG21, n. 194). Dom Bosco, com efeito, quis que a Sociedade de São Francisco de Sales, fosse um “agrupa­mento de padres, clérigos e leigos, especial­mente artesãos, os quais desejam unir-se para fazer o bem entre si e aos outros. (...) Notais ainda — continua Dom Bosco — que entre os sócios da Congregação não há distinção alguma: todos são tratados da mesma maneira, sejam artesãos, clérigos ou padres; nós nos conside­ramos todos como irmãos” (MB XII 151 e 152).

Ao estruturar a Congregação, o nosso Funda­dor estabeleceu que se constituísse de ‘eclesiás­ticos’ e de ‘leigos’ não apenas de ‘eclesiásticos’, nem apenas de ‘leigos’, mas ‘eclesiásticos e leigos’, numa única comunhão de vida e de apostolado.

O CG21 esclareceu a importância e a influên­cia do componente do Coadjutor salesiano na práxis pedagógica pastoral do ‘Sistema Preven­tivo’. Explicitou e aprofundou a mútua comple­mentaridade da dupla opção ‘sacerdotal’ e ‘laical’: dosou delicadamente a permeabilidade entre uma e outra na organicidade de uma comunidade religiosa ‘pastoral’, servida e ani­mada por um guia enriquecido pelos carismas da Ordenação sacerdotal (CG21, n. 196.235; e toda a colocação do delicado problema: n. 212-239); mas deixa aberta uma riqueza de aprofundamento e busca, uma problemática de purificação da mentalidade, e uma perspec­tiva de repensamento corajoso em consonância com a forte evolução cultural e com a renova­ção eclesial em que nos encontramos intensa­mente envolvidos.

Convidou-nos especialmente o Capítulo a criar um tipo de comunidade que em seu pró­prio ser constitutivo torne possível “evangelizar educando e educar evangelizando”, sobre o qual tanto insistiu. A profunda correlação entre padres, clérigos e coadjutores — lembra-nos o Capítulo — não significa subordinação ou contraposição, e nem mesmo a perda ou a fusão das próprias características. Ao contrá­rio, é algo que caracteriza as pessoas e a comu­nidade salesiana apostólica” (CG21, n. 194).

As diferenças na figura e no papel dos sócios não se consideram como ‘limitações’ ou ‘graus’, mas fontes de riqueza comum; não ausência de alguma coisa, mas potencial integrativo dos valores dos outros (Cf. CG21, n. 179); contribuição harmoniosa para um tipo de comu­nidade religioso-apostólica original.

A perda e o desequilíbrio dessa diferencia­ção orgânica prejudica gravemente a identidade da Congregação no seu ser comunitário e, portanto, no seu estilo de apostolado. A crise que atra­vessamos atinge tanto a nossa dimensão laical como também a sacerdotal, e sobretudo a dosa­gem harmoniosa da sua mútua permeabilidade. A dimensão sacerdotal, todavia, usufruindo de longa tradição eclesial, teve certa preponderân­cia neste nosso primeiro século de vida e fez maior progresso (ainda que hoje necessite de profunda revisão doutrinal e de maior fideli­dade à sua genuína natureza); ao passo que a dimensão laical, que Dom Bosco queria ‘nova’ no seu género (“criação genial” segundo o P. Albera e o P. Rinaldi), por falta de mais rica tradição doutrinal, teve um desenvolvimento um tanto contido, não obstante luminosas indi­cações de Superiores e de estudiosos. Essa diferença abalou pouco a pouco o equilíbrio da índole própria que caracteriza a nossa Socie­dade. Tal fato deve empenhar-nos em refletir explicitamente e com seriedade sobre este tema, para providenciar os reparos com todas as forças.

O Vaticano II e os últimos Capítulos Gerais trazem nova luz para aprofundar e desenvolver o que já se encontra no germe fundacional.

2. A figura do Salesiano coadjutor

O Coadjutor tem na Congregação, como o leigo na Igreja, variada possibilidade de encar­gos (Cf. CG21, n. 166). Isso poderia também levar a um engano a propósito da essência da sua vocação e, portanto, do componente laical das nossas comunidades.

Descrição dos seus variados serviços

De maneira geral, poder-se-iam qualificar as diferentes mansões desempenhadas por Coadjutores, nos nossos primeiros cem anos de vida, segundo o seguinte esquema:

1. Coadjutores para funções educativas, sociais, pastorais e formativas, ou seja, empe­nhados em atividades culturais e escolares, sobretudo em escolas técnico-profissionais; em iniciativas associacionistas, círculos apostólicos, grupos esportivos, musicais e dramáticos; em serviços de animação para o tempo livre, nos meios de comunicação social, no encaminha­mento para o mundo do trabalho, na formação social, etc.;

2. Coadjutores para atividades ditas ter­ciárias, ou seja, dedicados a trabalhos de escri­tório, econômicos, contábeis, provedores, secre­tários, representantes de setores, enfermeiros, sacristães, chefes do departamento de pessoal empregado, etc.:

3. Coadjutores para serviços domésticos, ou seja, colaboradores generosos em casa, dis­postos a qualquer trabalho para o qual se sintam capacitados, por exemplo, cuidar da ordem e da limpeza, trabalhar no campo, na cozinha, na padaria, na organização do material das obras, na portaria, muitas vezes preciosos ‘factótuns’, etc.

Ainda que muito sumário e incompleto, este esquema evidencia claramente atividades bastante díspares que exigem aptidão e prepa­ração correspondentes; com projeções bem diferentes para a programação da formação do salesiano coadjutor.

A materialidade dessas atividades e servi­ços, porém, é exercida de fato (e de forma não necessariamente abusiva) também por padres e clérigos, quando menos por necessidade e como expressão de colaboração fraterna e de praticidade de convivência. É até para desejar e promover que certos serviços domésticos diá­rios e de ocupação passageira sejam cada vez mais assumidos por todos os componentes da comunidade com simplicidade e espírito de colaboração.

Mostrando-nos a variedade de serviços prestados pelos Coadjutores, o esquema acima salienta a sua multiforme dedicação — em tempo integral — a um tipo de atividade ou serviço que constitui neles uma espécie de profissionalismo.

A sua nota qualificante

Antes de projetar essa diversidade de ser­viços sobre uma razoável variedade de pastoral vocacional e de formação, é necessário tentar perceber o que — nas diversas atividades — constitui o valor de fundo comum, o elemento qualificante e a fisionomia essencial da figura do Coadjutor para distingui-la da do Padre e do Clérigo.

Na raiz da diferença não há uma negação ou uma carência de qualificação eclesial, mas uma opção diferente. O Coadjutor optou por um ideal cristão positivo que não é definido pelo sacramento da Ordem, mas é constituído por um conjunto de valores que formam por si mesmos um verdadeiro objetivo vocacional de alta qualidade. O artigo 37 das Constituições renovadas sublinha a identidade dessa opção, qualificando-a como ‘vocação’ e propriamente como vocação em si mesma ‘concreta’ (com fisionomia própria), ‘completa’ (sem carências), ‘original’ (fruto da genialidade do Fundador), ‘significativa’ (de particular atualidade) (Cf. CG21, n. 173).

Mas, qual é o objeto essencial e distintivo da opção vocacional do Salesiano coadjutor? O CG21 fala-nos da sua opção explícita pela ‘laicidade’: “A dimensão laical é a forma con­creta com a qual o Salesiano Coadjutor vive e age como religioso salesiano. Essa é a sua característica específica, valor relevante e essencial da sua identidade. A laicidade não deve, pois, ser entendida como algo de negativo; nem sequer se reduz a serviço ou simples função; é, pelo contrário, o conjunto dos valores que caracterizam o cristão leigo qualificado pela consagração religiosa salesiana” (CG21, n. 178).

3. Delicado trabalho de identificação

Essa resposta, isto é, que o Coadjutor fez a opção explícita de um tipo de laicidade, é, à primeira vista clara, mas deve ser explicitada com serenidade e diligência.

É pena que nos movamos aqui num terre­no mal aberto a uma busca fecunda. A própria terminologia empregada atualmente não é clara; é pelo menos ambivalente, ainda não explicitada e fixada nem no campo da linguagem profana nem na eclesiástica. É, entretanto, absolutamente necessário compreender bem o que quis afirmar o CG21 ao afirmar que “a dimensão laical é a forma concreta com a qual o Salesiano coadjutor vive e age como religioso salesiano”. Se não percebermos a verdade contida nessa declaração, como have­mos de fundamentar e desenvolver o significado da nossa identidade comunitária e toda a programação renovada para o relançamento dessa vocação original?

Há nela alguns aspectos claros (Cf. CG21, n. 172-180). Outros, porém, devem ser esclare­cidos. Peçamos ao Espírito do Senhor um pouco de luz, para melhor aprofundarmos o componente laical da nossa comunidade, foca­lizando nossa atenção na identidade do Salesiano coadjutor. Contentar-nos-emos aqui em oferecer somente alguma contribuição de reflexão sobre o texto capitular, que sirva como indispensável pressuposto para o trabalho voca­cional e formativo por realizar.

O Coadjutor é um ‘religioso’

Primeiramente, está claro que o Salesiano coadjutor é um verdadeiro ‘religioso’ e não um ‘leigo’ no sentido exposto pela Constituição dogmática ‘Lumen Gentium’ (Cf. LG 31). O que equi­vale a dizer que ele não tem como distintivo da sua vida na Igreja ‘a índole secular’, indicada pelo Concílio como característica de existência no mundo, tratando as coisas temporais da família, do trabalho, da cultura e da política segundo Deus.

Corresponde-lhe como própria a forma de vida religiosa; tem, pois, na Igreja uma voca­ção com a qual “dá brilhante e exímio testemu­nho de que não é possível transfigurar o mundo e oferecê-lo a Deus sem o espírito das bem-aventuranças” (LG 31); seu compromisso eclesial, como também dos outros irmãos, é o de “se empenhar, conforme as forças e segundo o gênero da própria vocação, seja pela oração, seja também pelo trabalho dedicado, na implan­tação e fortalecimento do Reino de Cristo nas almas, bem como na sua dilatação por todas as partes” (LG 44).

*Não é um “secular consagrado”*

Em segundo lugar, está igualmente claro, pela mesma razão, que o relançamento do Coadjutor não pode alavancar-se na secularidade consagrada; esta, de fato, é própria dos leigos membros de um Instituto secular (cf. a minha carta às VDB, em ACS 295. Portanto, determinados estilos de inserção apostólica individual, certas interpretações da obediência e da pobreza, certos trabalhos temporais fora da missão específica da Congregação, não correspondem à autenticidade da sua profissão religiosa.

Continua fundamental e indispensável para ele a dimensão comunitária, tão explicitamente desejada por Dom Bosco e intensamente afirmada nas Constituições. A *consciência de membro,* o sentido de “complementaridade”, a participação na missão juvenil e popular, a disponibilidade na obediência, a “comunhão dos bens” e a dependência fraterna, a adesão cotidiana à comunidade orante etc., são o seu patrimônio espiritual específico. Patrimônio que ele tem em comum com todos os irmãos, com plenos direitos e plenos deveres. “Os coadjutores — escreve ainda o P. Rinaldi — são verdadeiros Salesianos obrigados à mesma perfeição, e a exercer, cada um na própria profissão, arte ou trabalho, o idêntico apostolado educativo que forma a essência da Sociedade Salesiana” (ACS 40, p. 574.)

É plenamente ‘salesiano’

Em terceiro lugar, está particularmente claro que, sendo ‘religioso salesiano’ de pleno direito, o Coadjutor é portador de todo o espírito e de toda a missão da Sociedade de São Francisco de Sales. Nossa Congregação, porém, é de vida ativa, particularmente inserida na história e, portanto, interessada em determinados valores temporais e espaços profanos.

A sua missão é evidentemente religiosa, dedicada à evangelização, mas acha-se necessa­riamente vinculada à grande área cultural humana, especialmente no setor da educação, com um influxo no campo social e político, embora sua atividade seja de natureza bem diversa. Pois envolve profunda compenetração entre Evangelho e cultura, entre sagrado e pro­fano, entre Igreja e mundo, entre espírito das bem-aventuranças e promoção humana; está empenhada em viver uma santidade de impacto, que empolgue a juventude e influa na constru­ção de uma sociedade nova.

Ora, a colaboração na renovação da Cidade humana, feita embora com específica missão religiosa, exige que se conheça e cultive a den­sidade característica de muitos valores profa­nos. A nova cultura emergente traz consigo a descoberta do profano, tendo no centro a civilização do trabalho, na qual o cidadão se aplica a humanizar a natureza e a força do cosmo.

Como consequência de uma missão evangelizadora tão inserida no devir histórico, haverá na comunidade (que é o sujeito portador dessa missão) a necessidade de uma multiplicidade de papéis e contatos com a realidade, que implicam não apenas funções diversas e complementares, mas também atitudes diferentes e mutuamente permeáveis.

E assim encontramos na unidade vocacio­nal da Congregação as duas dimensões funda­mentais: a de tipo ‘sacerdotal’ e a de tipo ‘laical’. Não se trata simplesmente deste ou daquele sócio que, por conta própria e de ma­neira livre e quase arbitrária, tenha um gosto pessoal mais ou menos ministerial ou profano; trata-se da comunidade salesiana na sua vitali­dade orgânica, ou seja, da Congregação enquan­to tal, que tem como componente essencial da sua fisionomia um peculiar e simultâneo sentido da consagração da Ordem e da situação laical, que se interpenetram numa síntese original de vida comum.

Dessa maneira, todos os membros da comu­nidade salesiana devem sentir e viver como própria, tanto certa sensibilidade ‘laical’ como uma específica sensibilidade ‘sacerdotal’, objeto de comunhão fraterna e de corresponsabilidade, embora cada um realize a síntese com atitudes e funções diferentes; evitando de um lado as tentações de laicismo e de secularismo, e de outro as de clericalismo ou de certo populismo eclesiológico.

O Coadjutor tem evidentemente uma atitu­de e papéis que privilegiam a dimensão laical ao passo que o Padre e o Clérigo tem-nos a favor da sacerdotal; ambos, porém, sentem-se íntima e indissoluvelmente correlatos, de tal forma que essa permeação mútua e harmônica constitui parte de sua peculiar e comum espiri­tualidade salesiana. Por isso, dizia no princípio, todo irmão deve sentir esculpida no seu coração de ‘membro’ da comunidade um vínculo congênito: se é Padre ou Clérigo, para com o Coadjutor, e se é Coadjutor, para com o Padre ou Clérigo.

Aqui e ali fala-se erroneamente de ‘Padres Salesianos’, como se a comunidade ou a Inspe­toria fosse reservada unicamente a sacerdotes ou caracterizada somente por eles. E às vezes, mesmo entre nós, por diferentes razões, formulam-se projetos de empenho apostólico que mar­ginalizam na própria programação o papel do Coadjutor, trazendo assim, de fato, um perigoso desequilí­brio vocacional.

O perigo é que a comunidade pode cair em dois desvios de significado oposto, mas de comum raiz ‘clericalista’ (mais que clerical): a redução do projeto apostólico salesiano a sim­ples atividade cultural e catequética; ou, então, uma espécie de monopólio secularista por parte dos Padres que mimetizam sua dimensão sacer­dotal e invadem o âmbito próprio dos Coadju­tores e dos leigos, esvaziando de maneira arriscada a indispensável genuinidade do seu ministério.

Os membros de uma comunidade salesiana deveriam saber pensar e buscar sempre a contribuição específica e essencial do Salesiano coadjutor, mesmo quando não houvesse ne­nhum (as soluções de suplência, porém, deveriam ser transitórias). Somente assim se apreciará justamente a sua essencialidade constitutiva e somente assim se envidarão sérios esforços para preencher o deletério vazio de sua eventual carência.

É lamentável que algumas vezes nem todos sintam esse fato na Congregação. Numa recente pesquisa promovida pelo Dicastério para a for­mação nas Inspetorias, perguntava-se: “À luz da salesianidade, como se sente na Inspetoria a falta do Salesiano coadjutor?”. Houve quem respondesse: “Estamos habituando-nos com isso...”. Se perante essa dolorosa realidade se assume uma atitude tão resignada, penso com pena que chegaremos a perder um aspecto qualificante da própria natureza da Congre­gação.

Escolheu a ‘dimensão laical’

Há um quarto aspecto bastante claro, pelo menos como afirmação da característica distin­tiva do Coadjutor: o fato de a dimensão laical ser, na Congregação, a forma concreta com que ele vive e age como religioso salesiano.

Aqui, mais do que descrever os vários papéis do Salesiano coadjutor, quereríamos penetrar a atitude interior que se encontra na base dessa sua característica vocacional, pela qual o cora­ção salesiano do Coadjutor (e, pois, a pastoral vocacional e a formação que lhes cabe) distingue-se por peculiares valores positivos da do Padre e do Clérigo; uma diferença que é riqueza para a comunhão! É justamente em vista dessa sua consciente diversidade que o Coadjutor se torna, na comunidade, elemento indispensável de identidade comunitária e traz uma ‘genial modernidade’ ao ser e ao agir salesiano.

Surgem aqui, porém, questionamentos que não são fáceis, embora fascinantes. O problema de fundo não está na materialidade prática das atividades do Coadjutor, mas no ‘porquê’ radi­cal da psicologia que o anima. Para entender a ‘dimensão laical’, não devemos colocar em pri­meiro plano o que é que o Coadjutor quer ou pode ‘fazer’, mas como ele deve ‘ser no fazer’! Ou seja, qual é a nota interior caracterizante da sua ‘opção de vida’, o seu ‘modo de ser’ no pensar, testemunhar, agir e influir sobre o estilo religioso de toda a comunidade salesiana.

Esta sua condição trará por certo como consequência, preferências e diferenças nas suas atividades e responsabilidades concretas; have­rá na missão comunitária coisas necessárias a oportunas que se mostrarão próprias do Sale­siano coadjutor, não de forma estereotipada segundo um esquema fixo, mas segundo as várias e mutáveis exigências culturais ou con­junturais. Dom Bosco disse com agudo e amplo realismo: “Há coisas que os Padres e os Clé­rigos não podem fazer e vós as fareis!” (MB XVI 313).

A ‘dimensão laical’ não admite, pois, um aspecto ‘negativo’ (o não ser Padre) e uma ati­tude ‘passiva’ (esperar indicações para colabo­rar) como se ele fosse um instrumento nas mãos de outrem. Exige, ao invés, no Coadjutor um ‘dinamismo positivo’ próprio de um sócio ativo e corresponsável mesmo na inventiva e na programação apostólica. Exprime, com efeito, um aspecto essencial da própria vocação salesiana.

Por isso mui oportunamente o último Capí­tulo quis explicitar alguns traços concretos, distintivos e atraentes da vida espiritual do Salesiano coadjutor (Cf. CG21, n. 186-191); e o fez porque dentro da sua identidade deve haver uma alma viva, ou seja, uma espiritualidade que o nutra, desenvolva, dinamize e o torne portador de entusiasmo e de riquezas evangéli­cas para os outros.

E quais são os conteúdos e os horizontes da sua dimensão leiga? Tal pergunta tornou-se para nós inevitável; tentar dar-lhe uma resposta significa, em última análise, aprofundar a própria identidade da nossa Congre­gação.

A pouca clareza e o pouco conhecimento da ‘laicida­de’ está provavelmente na base da incompreen­são da ideia do nosso Pai e Fundador tanto acerca do Coadjutor, quanto acerca do ‘Coope­rador’ e de toda a ‘Família salesiana’. Fiquemos, aqui, no componente laical da comunidade religiosa dos Salesianos de Dom Bosco.

4. Em que consiste essa ‘dimensão laical’?

A profissão religiosa salesiana destina ao Coadjutor um ideal característico, vivido com intensa e original carga espiritual, especificada justamente pela sua ‘dimensão laical’. A cha­mada ‘laicidade’, à qual se refere a opção voca­cional do Coadjutor, apresenta, porém, uma extensão muito vasta de significados diversos. Precisos alguns, vagos outros, outros destorci­dos; poderíamos perder-nos se os quiséssemos elencar e explicar.[[1]](#footnote-1) Mas há neles um núcleo comum, como fundamento das qualidades e valores que estamos buscando.

Limitamo-nos a algumas explicitações mais consolidadas na atual reflexão do pensamento cristão. Indicamos brevemente três grandes níveis de significação da laicidade, que nos interessam.

‘Laicidade’ a nível da criação

Antes de tudo, há um nível de ‘laicidade’ que sublinha a condição universal dos valores da criação. Ela é anterior e exterior à Igreja, e, portanto, atinge toda a realidade da natureza na sua verdade fundamental. Refere-se às reali­dades criadas enquanto têm todas uma bondade congênita que lhes é própria (Cf. Gn 1,25.31 e também AA, n. 7).

Essa laicidade está na base de todo conhe­cimento, de toda ciência e técnica. É importante notar que as coisas criadas não são eternas e não apareceram por necessidade determinista, mas foram objeto da liberdade de Deus que sabia seja ‘o’ que queria, seja ‘por que’ queria; constituem, pois, o início primeiro de um diálogo de Deus com o homem ainda antes de qualquer palavra humana, de qualquer interpretação e também de qualquer religião.

Não é inútil observar logo que a consciência desse nível de laicidade pode ser fonte de atitude espiritual e de diálogo universal, tão importante hoje num mundo apaixonado pela ciência e pela técnica, mas que sofre de grave falta do sentido da criação e de uma incapaci­dade de referência à unidade do cosmo e ao seu significado para o homem. Portanto uma mentalidade sadiamente laical, a este nível, evita deixar-se dominar por qualquer doutrina­ção ideológica, mas ama humilde e sacrificadamente a verificação da objetividade na serie­dade complexa das coisas.

Também a fé cristã encontra aqui uma medida inflexível para esclarecer-se a si própria e evitar ou corrigir eventuais superestru­turas mitológicas e irracionais. O atual pro­cesso de secularização, no que tem de positivo, pode ser considerado uma justa maturação de razão e fé com referência à verdade criatural. Deus e as coisas não são dois universos antagônicos que dividem entre si o âmbito do ‘sacro’ e o do ‘profano’. Entre Deus e as coisas há unidade, no sentido de a natureza ser o que é e existir justamente enquanto o Criador a quer.

Uma mentalidade leiga olha para o profano não só com simpatia, mas também com sentido espiritual, reconhecendo sua bondade nativa. A tentação de separar Deus e as coisas é igualmente perniciosa quer na atitude do ‘laicista’ que considera a natureza como uma realidade separada de Deus, quer na atitude do ‘clericalista’ (de qualquer fé) que manipula os valores temporais segundo um arbítrio falsa­mente religioso. A fé cristã nos assegura que Cristo não é alternativa do cosmo, mas é a sua plenitude; “que n’Ele tudo subsiste... e por meio d’Ele (Deus) aprouve-lhe reconciliar con­sigo todas as coisas, tanto as que estão sobre a terra, quanto as que estão no céu” (Cl 1,17.20).

É miopia materialista e mitologia banal, muito propagada, a que ensina que para liber­tar o homem e torná-lo o Prometeu do universo é preciso eliminar Deus. Isso não é mentali­dade laical, mas a degeneração de um laicismo ateu. Pelo contrário, o conhecimento da reali­dade objetiva das coisas é um pressuposto basilar de todo tipo de laicidade.

Poderíamos dizer que, neste nível, uma ‘mentalidade laical’ interessa-se pela realidade objetiva das coisas; dedica-se a ela com cons­tância ainda que sejam complexas e exijam estudo, paciência, ciência, técnica e experimentação; cultiva atenta consideração e respeito pelas constatações do real, elevado sentido da profissionalismo, consciência de que cada ofício é importante e muitas vezes difícil, realismo de identificação com a existência, seriedade de programação, instinto da colaboração e apreço incomum pela organização. Sim, o universo ensina!

Não é fácil encontrar todas essas qualida­des em quem acredita poder prescindir dos valores laicais. Para fazer voar um avião não basta a intuição, nem a poesia, nem a boa von­tade, nem a oração. Como elegantemente escre­veu Gilson: “Dizem que foi a fé que construiu as catedrais da idade média; certo, mas a fé não teria construído nada se não fossem os arquitetos... Nós, católicos, que professamos o valor eminente da natureza, porque é a obra de Deus, devemos demonstrar nosso respeito por ela, pondo como primeira regra da nossa ação que a devoção não dispensa nunca a técnica!”.*[[2]](#footnote-2)*

‘Laicidade’ a nível de missão da Igreja

Há, em segundo lugar, outro nível de ‘laicidade’, próprio e específico da Igreja na história. Refere-se àqueles discípulos de Cristo, chamados eclesiasticamente ‘leigos’, que “procu­ram o Reino de Deus exercendo funções tem­porais e ordenando-as segundo Deus. Vivem no século, isto é, em todos e em cada um dos ofícios e trabalhos do mundo. Vivem nas con­dições ordinárias da vida familiar e social, pelas quais sua existência é como que tecida” (LG 31).

*Essa laicidade olha para o ‘mundo’ não tanto como criação, mas como realidade dos homens,* enquanto “é teatro da história do gênero humano e marcado por sua atividade, der­rotas e vitórias... mundo da verdade reduzido à servidão do pecado, mas libertado pelo Cristo” (GS 2).

O cristão “leigo” vive como membro de uma Igreja que é servidora do homem e Sacramento universal de salvação. Ela tem a missão também de “penetrar do espírito evangélico as realidades temporais e aperfeiçoá-las” (AA 5). E o “leigo” sente-se encarregado precisamente desse papel específico vivendo o seu batismo através da característica da “secularidade” (LG 31). Empenha-se, por isso, com sentido voca­cional nas variadas realidades temporais: da família, da demografia, da saúde, da educação e da cultura, do trabalho e das profissões, das ciências, da indústria, da economia, da justiça, da política, das relações entre os povos, da paz etc.

Os setores humanos que se deve penetrar e aperfeiçoar com o espírito do Evangelho são numerosos e complexos; exigem multíplices funções e profissões, estilos diferentes de com­promisso, de forma individual e associada e com distintos estados de vida que vão do ma­trimônio à secularidade consagrada. Há dessa maneira variado e benéfico pluralismo entre os leigos na Igreja, mas com a convergência comum sobre seu idêntico “caráter secular”.

O leigo, todavia, constata viva e diariamente que está ativamente presente na história o mis­tério do mal com os imorredouros ídolos do eros, da riqueza e do poder; sente o peso da limitação humana, da ignorância e do pecado que impedem ao homem perceber e respeitar a laicidade fundamental da criação, crescer na transcendência e abrir as portas a Cristo. Com­preende claramente que o mal não está nas coisas, mas no coração do homem e em certas estruturas por ele fabricadas; é a liberdade humana que manipula desordenadamente os valores temporais.

O leigo sente-se assim chamado a uma luta permanente e ingente; compreende – de dentro do mundo – a indispensabilidade de Cristo e a necessidade da Igreja; e gosta de sentir-se parte complementar de um Corpo místico mais vasto e divinamente eficaz. Olha a Ordem sacer­dotal e a Vida religiosa como componentes essenciais do seu ser cristão e fontes indispen­sáveis de inspiração, energia e espiritualidade; vê em toda a Comunidade eclesial a fecunda matriz da salvação.

Neste segundo nível da laicidade, mais do que de uma mentalidade laical (já pressuposta do nível precedente), deve-se falar de uma vocação laical; trata-se, com efeito, de viver uma parti­cipação na missão da Igreja. Com essa vocação, o leigo põe sentido evangélico no compromisso temporal; sente que não pode ser autêntico leigo sem a ajuda da graça; que não pode exercer uma profissão ou um ofício com pureza sem superar a tentação de colocar o próprio pro­veito acima dos valores objetivos; e está expe­riencialmente convencido de que não se pode ser homem integral sem aquele Cristo que é o Senhor da história!

A vocação laical leva a uma vontade de presença útil na história; a optar corajosamente pelo homem e a sentir-se solidário com seu trágico devir; a considerar o mundo como o espaço teológico, e não puramente sociológico, da sua vida de fé; a adquirir verdadeira perícia em algumas das atividades temporais; a ter consciência da complexidade extrema de muitas coisas; a desenvolver o sentido do possível e do provável nas conjunturas socioculturais e polí­ticas. Por conseguinte, não assume um tom dogmático, não sacraliza o que é discutível, respeita o pluralismo e abre o diálogo com todos para a laicidade fundamental das coisas e para o mistério de Cristo.

A vocação laical forma para uma psicologia nutrida de realismo e de concretude: baseia-se na convicção de que a ação apostólica é obra de seriedade, dedicação, estudo, programação, sacrifício, humildade, oração e coragem.

O leigo não desconhece nem evita as com­plicações inerentes à organização, às estruturas, às instituições; antes, admira-se de que em certos setores do clero e dos religiosos possa existir uma concepção do compromisso cristão tão abstrato e superficial que o torne como de­sencarnado e o confine no âmbito exclusivo de um espiritualismo, talvez atraente, mas distante das exigências da realidade.

Estribando-se na sua qualificação batismal de membro sacerdotal, profético e real do Povo de Deus (LG, n. 34.36), aplica-se em fazer do Mundo o verdadeiro Templo do Senhor, e da multiforme atividade humana uma expressão consciente e vital de liturgia a ser incorporada existencialmente na Eucaristia do Cristo. De modo que o universo criado se torne, através da história da salvação, a grande Palavra do diálogo de amor entre Deus e o Homem, e o Mundo se apresente como mediação sacramen­tal da mútua intercomunhão deles.

Com essa vocação, o leigo retira do profano rica mina de santidade, servindo-se também de espiritualidades iniciadas por santos Funda­dores de peculiares movimentos evangélicos. Entre eles agradecemos ao Senhor haver susci­tado, nos albores da civilização industrial, a Dom Bosco, cuja espiritualidade de ação apostólica se abre para todos e pode ser vivida tanto na vocação laical, como do ministério ordenado, e ainda na da vida religiosa.

“Laicidade” como dimensão realizável na vida religiosa

Há, enfim, um terceiro nível de ‘laicidade’ no âmbito da Igreja, com um significado mais delimitado, como dimensão realizável também na vocação religiosa. Ela não apresenta o ca­ráter da “secularidade”, mas situa-se na tipologia eclesial própria da “forma de vida religiosa”. Não comporta uma inserção imediata no mundo com uma atividade temporal no seu interior, mas envolve uma pertença direta e pública a uma comunidade de religiosos dedicados a tes­temunhar o espírito das bem-aventuranças; é alimentada por um ‘sopro escatológico’ que ressalta os valores da ressurreição como já pre­sentes e operantes na história após a vitória da Páscoa.

Os “religiosos” são grupos de discípulos do Cristo ressuscitado que testemunham publica­mente, por reconhecimento e encargo eclesial, o primado da caridade difundida definitivamen­te no mundo, em Pentecostes, pelo Espírito do Senhor ressuscitado. Por isso *o* seu caráter espe­cífico é “o dom total de si mesmos a Deus sumamente amado”, por Ele ratificado com “uma consagração mais íntima” de docilidade ao Espírito Santo (LG 44).

Esse caráter específico aparece claramente diferente da “secularidade”, porquanto se traduz numa forma de vida que implica incorporação a uma determinada comunidade com o vínculo de votos públicos (que contestam os três fa­mosos ídolos do mal), com a profissão de um Projeto evangélico sancionado por Constituições próprias, com referência de obediência a uma legítima autoridade e com uma participação específica na missão da Igreja, segundo o pro­pósito do Fundador.

Deve-se notar que, de per si, a Vida religiosa não exclui – tendo em conta a estrutura orgâ­nica da Igreja – nem a condição do Padre ou Clérigo, nem a do Leigo, “mas de ambos são chamados alguns fiéis por Deus a fim de des­frutar desse peculiar dom na vida da Igreja, procurando cada qual a seu modo ser útil à sua missão salvífica (LG 43). Portanto, a vida religiosa não é unidimensional, e não pode ser interpretada de forma unívoca como se nela não fossem numerosos e diversos os carismas suscitados pelo Espírito de Cristo através dos Fundadores.

No pluralismo dos Institutos de vida ativa há uma verdadeira possibilidade de assumir de diferentes maneiras também uma certa dimen­são laical. Muitos Institutos de vida ativa são somente “laicais” e outros, como a nossa Con­gregação, têm uma específica e original dimen­são “laical”. Tal característica não deverá ser interpretada e vivida como “secularidade”. Entre­tanto, conservará segundo os diferentes caris­mas, verdadeira ligação e certa sintonia de mentalidade e de atividade com os dois níveis anteriormente descritos pela laicidade. A di­mensão contemplativa própria de toda Vida religiosa não obriga uma Congregação de vida ativa a ter “uma alma monástica”, mas, sim, a cultivar o seu “impulso escatológico” no aposto­lado entre os homens.

Seria desconhecer os fatos querer defender uma concepção religiosa que marginalize a nossa Congregação, em relação ao mundo e à sua problemática de salvação, da área da cultura popular e da educação da juventude. O próprio Concílio exclama: “ninguém julgue que os reli­giosos pela sua consagração se tornem alheios aos demais homens ou inúteis na cidade ter­rena” (LG 46).

E o grande Papa Paulo VI na exortação apostólica *Evangelica testificatio* diz precisamente aos Religiosos. “Uma candente interroga­ção nos inquieta: como fazer penetrar a men­sagem evangélica na civilização das massas? Como agir nos níveis em que se elabora uma nova cultura, em que se forma um novo tipo de homem? (...) Vós deveis seguir de olhos bem abertos as necessidades dos homens, seus pro­blemas, buscas, testemunhando em meio a eles, com a oração e a ação, a eficácia da Boa Nova de amor, justiça e paz. (...) Tal missão, como é comum a todo o Povo de Deus, é vossa por um título particular” (ET 52).

Com efeito, a “índole secular”, carac­terística dos Leigos, reflete e encarna neles uma dimensão de realismo histórico, própria de toda a Igreja na sua missão de Sacramento universal de salvação; pode ser, pois, de alguma maneira assumida, na forma de vida que lhes é própria, também por vários Carismas religiosos. É o nosso caso. Bem sabemos que a Sociedade dos Salesianos de Dom Bosco nasceu nos albo­res da civilização industrial para colaborar “religiosamente” na construção da nova Socie­dade.

Nos institutos de vida ativa que têm uma dimensão laical própria, serão sobretudo os “irmãos leigos” a desempenhar o papel especí­fico de garantir ao Instituto e de realizar na prática esta sua particular dimensão. Esse papel é uma “vocação”, e não simplesmente um “ofício”; envolve a consolidação quotidiana de três aspec­tos complementares e inseparáveis que consti­tuem a grande fonte de identidade de vida do Religioso-leigo:

* a “consagração religiosa”, como sua opção fundamental na sequela de Cristo;
* o “espírito do Fundador”, como seu clima evangélico de existência e animação dos des­tinatários do próprio apostolado;
* a “escolha da dimensão laical”, como seu ideal positivo de vocação percebido e que­rido à luz do Carisma global do próprio Insti­tuto.

Nesse terceiro aspecto está claro que o laço que liga às qualidades laicais dos outros dois níveis anteriormente descritos, não pode ser explicitado de forma arbitrária e apriorística, mas deverá ser objeto de atualizada e concreta reflexão em cada um dos Institutos interes­sados.

5. A verdadeira marca do Salesiano coadjutor

Para determinar os conteúdos e os hori­zontes próprios da dimensão laical do Salesiano coadjutor não bastava, como vimos, descrever ofícios (ou o seu “fazer”), mas era preciso aprofundar o seu “ser no fazer”. Vimos que sua atitude interior envolve uma consagração religiosa ani­mada pelo espírito de Dom Bosco e especificada pela escolha consciente e positiva do tipo de união com o aspecto laical próprio da Sociedade de São Francisco de Sales.

*Sentido de pertença comunitária*

Voltamos assim, de certa maneira, ao ponto donde havíamos partido, mas com maior rique­za de reflexão e clareza.

Havíamos partido do significado global da vocação salesiana considerando a Congregação como um todo ou uma comunhão de figuras de sócios complementares: somente a partir da característica específica da nossa comunidade (sujeito da vida e da missão salesiana) podía­mos colocar corretamente um aprofundamento da figura do Coadjutor. Pois bem, analisando os diferentes níveis da laicidade, justamente para melhor esclarecer a figura e o papel desse irmão, vemo-nos levados a refletir de novo sobre o significado global da Congregação como tal.

É sintomático que não se possa explicar a figura de um Salesiano sem partir da nossa comunidade genuína e sem chegar a ela. A fa­mosa “dimensão laical” que procuramos exami­nar, ainda que um tanto rapidamente, nos levou novamente, na análise do seu terceiro aspecto vocacional, ao ideal unitário percebido e querido à luz do Carisma global do próprio Instituto religioso.

E é justo. Antes, é só com essa espécie de circulação que encontramos os vários elementos que estabelecem a verdadeira marca do Salesia­no coadjutor. Mais, tal busca mostra novamente que não nos encontramos na presença de uma crise exclusiva de uma categoria de sócios, mas na crise da própria tipologia da nossa Comunidade perante o desafio da nova cultura.

Com razão, introduziram os últimos Capí­tulos Gerais uma variação significativa também na terminologia em uso: não “Coadjutor ou Clérigo ou Padre-salesiano”, mas “Salesiano-coadjutor ou clérigo ou padre”. E isso não é simples jogo de palavras, mas um fruto (capi­tular) significativo do aprofundamento da nossa identidade. O Coadjutor enquanto tal, ou seja, justamente em vista da opção que fez da dimen­são laical, é um verdadeiro Salesiano com as responsabilidades (juntamente com os demais sócios) de toda a Comunidade.

Compreende-se ainda por que, após o apro­fundamento destes últimos anos, o próprio termo ‘Coadjutor’ – já familiar para nós graças ao seu uso histórico – crie de certa forma um problema. Um pouco já aconteceu, mesmo nos tempos de Dom Bosco, o qual adaptou-se ao uso oficial que dele fazia a então Congregação dos Bispos e Regulares.[[3]](#footnote-3) Talvez, ele não se adapte claramente à originalidade “genial” do projeto do Fundador. O uso na Congregação dos outros termos Salesiano “padre” ou “clérigo” ou “diá­cono”, indica a natureza ou característica eclesial de um tipo de sócio, ao passo que o de Sale­siano “coadjutor” indica de per si antes uma função e deriva de uma terminologia eclesiás­tica (“Fratres coadiutores”) de outros tempos. Também certas incompreensões do verdadeiro projeto de Dom Bosco poderiam ser atribuídas ao uso eclesiástico desse termo. De fato, na linguagem comum, fora da Congregação, ele se mostrou sempre um tanto hermético e pouco expressivo de um ideal original; teve até em alguns lugares uma intepretação redutiva e ne­gativa.

Entretanto, não foi fácil encontrar outro termo mais apropriado que pudesse substituí-lo com clareza e precisão. De qualquer maneira, após os últimos aprofundamentos Capitulares e após as reflexões que acima fizemos, compreende-se por que a denominação de “Salesiano-leigo” vá encontrando maior aceitação, sempre que se dê ao vocábulo “Salesiano” o conteúdo substantivo da condição eclesial de “religioso”, membro da Sociedade de São Francisco de Sales, fun­dada por Dom Bosco.

Devemos reconhecer que a linguagem tem também suas exigências para exprimir a origi­nalidade do “componente laical” da nossa Con­gregação.

Ela, como dizíamos, é um carac­terístico Instituto de vida ativa explicitamente inscrito nas preocupações também seculares da vida humana, tanto é verdade que está no centro de toda uma vasta Família que abrange numero­síssimos leigos. Não tem, digamos assim, uma “alma monástica” de fuga do mundo (ainda que entendida no sentido positivo e característico de tantas Ordens beneméritas), mas cultiva em si um “impulso profano” de fermento apostólico na história (tanto é assim que deu origem a alguns Institutos seculares) pelo qual vive “religiosa­mente” imersa e interessada nas vicissitudes concretas da sociedade humana.

A dinâmica da consagração do Salesiano coadjutor (idêntica à de todos os outros sócios) move-se de forma indissoluvelmente unida a determinados problemas de promoção humana.

O nosso “ser salesiano” não nos obriga a catalogar-nos num esquema pré-fabricado. E o aprofundamento da figura do Coadjutor oferece-nos um “teste”, que poderíamos qualificar com o P. Rinaldi de “genial”, pelo esclarecimento do componente laical da nossa comunidade. Dom Bosco, com efeito, como já dissemos, fundou nos albores da civilização industrial a Sociedade de São Francisco de Sales para a juventude po­pular, considerada como a “porção mais deli­cada e mais preciosa da sociedade humana, sobre a qual se fundam as esperanças de um futuro feliz” (MB II 45); e nas primitivas Regras ele mesmo afirmou que “da boa ou má educação dela depende um bom ou triste futuro da sociedade” (MB V 931). Há claramente na mente de Dom Bosco Fundador uma preocupa­ção ‘social’. Antes, acredito seja justo falar de certo “talho laical”, seja pelas circunstâncias históricas da fundação, seja pela originalidade da forma de vida que ele quis, seja pela própria natureza da missão apostólica que escolheu. Tratarei dela brevemente.

Consciência de uma “abertura secular” da Congregação

Dom Bosco entendeu iniciar um amplo movimento apostólico juvenil e popular, adaptado e imerso na nova era sociocultural que nascia. Quando se propôs condensar numa “Regra” os seus ideais, redigiu também um capí­tulo “Sobre os Externos”. O primeiro artigo exprimia muito bem a novidade de sua concep­ção: “Qualquer pessoa — escrevia — mesmo vivendo no mundo, na própria casa, no seio da própria família, pode pertencer à nossa Socie­dade...” (MB X 889 e 1308).

Descobre-se aqui profundo interesse e explí­cita abertura para a condição histórica da secularidade. Mais tarde o P. Rinaldi procurou realizá-la — ao menos em parte — no âmbito feminino, iniciando o grupo de zeladoras que se tornou hoje o Instituto Secular das VDB.

Ao constatar depois, também por inspira­ção do alto e por conselho do Papa Pio IX, que se tornava indispensável para tal escopo asse­gurar um núcleo central animador que tivesse a estabilidade e a consistência de uma verda­deira Congregação Religiosa, fundou a nossa Sociedade. O estilo dessa Congregação devia ser ‘novo’, procurando o modo de adaptar-se na forma a certas exigências da nascente sociedade civil. Aconselhava-o também nada menos que o ministro Ratazzi, anticlerical.

Assim a forma de vida, a agilidade nas estruturas, o modo de propriedade dos bens, o hábito, a maleabilidade de adaptação, a maneira familiar de convivência, a terminologia que empregar (Casa, Inspetor, Sr. Diretor, Sr. Assis­tente...), as áreas apostólicas a enfrentar, a atinência ao mundo do trabalho etc. deviam ser afinadas o mais possível com certas exigên­cias inevitáveis do processo de secularização para o qual a sociedade marchava celeremente.

Enfim, a própria natureza da atividade congregacional está constitutivamente orientada para um testemunho e um serviço abertos ao século: a espiritualidade da ação inspirada no humanismo de São Francisco de Sales, explici­tamente interessada nos valores temporais, traduz as riquezas da dimensão contemplativa e dos votos religiosos em energias de educação para construir entre os cidadãos uma civilização do amor; a missão juvenil e popular, concen­trada vitalmente na práxis viva do ‘Sistema Preventivo’, move o Salesiano a ser evangeli­zador através de compromissos de cultura pro­fana e a ser educador social, abrindo os hori­zontes do crescimento humano ao indispensável mistério de Cristo.

Em tal Congregação deveria haver todo o espaço e um ar saudável para a presença e o crescimento da figura do Salesiano coadjutor. O P. Rinaldi na sua penetrante circular insiste expressamente sobre isto (e vale a pena citar o texto, ainda que longo).

Diz que Dom Bosco “tornou a perfeição religiosa acessível a toda categoria de pessoas”, e por isso sublinha, pensando nos leigos no século, que “o campo é vastíssimo e a messe amadurece por toda a parte. É necessário con­vocar todos aqueles aos quais o Senhor fez brilhar a visão longínqua de uma vocação superior. E não se pense que seja pequeno o número dos que abraçariam de boa vontade o gênero de vida espiritual que brilhou em suas almas em certos momentos de maior união com Deus. Mas não se decidem porque acham que esse gênero de vida de perfeição e de apostolado é só para os que são chamados ao sacerdó­cio (...).

“É necessário, ó meus caros, que nos ponhamos todos a difundir e a tornar familiar com a palavra, com escritos e com qualquer outro meio à nossa disposição, a verdade pouco conhecida, isto é, que a vocação religiosa não é somente para os chamados ao sacerdócio, mas também para os que sentem dentro de si o desejo de levar uma vida mais perfeita para melhor poderem servir ao Senhor no exercício das várias mansões do apostolado. É necessário focalizar a beleza e a grandeza da vocação à simples vida religiosa, dom divino de valor inestimável (...).

“Sim, ó caríssimos, tornemos conhecida toda a beleza e a grandeza do Coadjutor salesiano e preparemos muitos e bons para todas as pro­fissões, artes e ofícios. De início, Dom Bosco se preocupou de modo particular com as voca­ções sacerdotais, porque sem elas não poderia organizar a sua Sociedade e porque havia na­quele tempo grande escassez de vocações sacer­dotais (...). Ele, porém, nas suas Constituições sancionou o princípio da simples vocação reli­giosa elevada a perfeita igualdade com a vo­cação religioso-sacerdotal; exceto a dignidade própria do caráter, para dar a entender que a sua Sociedade haveria de ter com o tempo grande número de simples religiosos leigos destinados a exercer verdadeiro apostolado em todo o mundo” (ACS, n. 4, 575-577).

Quem quiser reconquistar essa cota profé­tica na órbita do componente laical da nossa Congregação, ponha-se a meditar essa preciosa circular do P. Rinaldi.

6. Situação problemática

A esta altura, parece-me útil apresentar alguns números sobre a situação crítica que hoje estamos a atravessar neste campo na Con­gregação, ainda que seja uma constatação dolo­rosamente incômoda.

Feitas as devidas exceções, é possível que várias Comunidades nossas não tenham com­preendido a fundo a “criação genial” do projeto de Dom Bosco. Talvez não tenham sabido ou podido ainda experimentar o alcance do valor constitutivo e da influência enriquecida do com­ponente laical garantido na Congregação pela presença do Salesiano coadjutor. Houve também, sem dúvida e por muitos anos, certa carência de formação adequada. Por isso um olhar aos números concretos pode-nos despertar de um perigoso torpor.

Alguns dados estatísticos

Enquanto em 1880, quando Dom Bosco ainda vivia, a relação numérica entre os Coad­jutores e os Padres e Clérigos era de 1 por 2, isto é, um “leigo” para cada dois “eclesiásticos”, hoje, exatamente cem anos depois, a relação é de 1 para 4,62, com uma tendência a aumentar no mesmo sentido. De fato, nos últimos 14 anos – isto é, desde 1966, quando chegou ao ponto mais alto o número de Coadjutores (4.294) – a queda foi de 31,02% (ou seja, até os atuais 2.962). A diminuição dos Padres e dos Clérigos foi nos últimos 13 anos – isto é, desde 1967, quando atingiram numericamente o ponto mais alto (17.346) – foi de 20,65% (ou seja, até os atuais 13.764). A diferença de queda entre os dois grupos é de 10,37% de desvantagem para os Coadjutores.

Se ainda observarmos o andamento numé­rico dos candidatos à Congregação, veremos que a relação entre Coadjutores e Clérigos no mo­mento de entrarem no Noviciado é – hoje – de 1 para 9,88 (ou seja, de 44 Coadjutores para 435 Clérigos).

O número máximo de Coadjutores-noviços foi de 293 em 1956. Desse ponto mais elevado até hoje os candidatos Coadjutores baixaram de 84,98%. Para os Clérigos-noviços o número máximo de 1.225 foi em 1966; baixaram depois de 64,49%. A diferença da queda numérica entre os dois grupos é de 20,49% em desvantagem dos Coadjutores.

Nos primeiros meses deste ano de 1980, havia bem 57 Inspetorias sem Coadjutores-no­viços; nove Inspetorias tinham 1; sete, 2; uma tinha 6; e uma (Madri) tinha 15. Várias Inspe­torias não os têm há vários anos. Algumas há mais de 10 anos; uma há 14, ou seja, desde 1967.[[4]](#footnote-4)

Uma sugestão de perspectiva

Isso tudo acontece precisamente hoje, quando não seria errado pensar numa nova proporção mais favorável à dimensão laical, diversa da experimentada até hoje entre “leigos” e “eclesiásticos” na Congregação. Tal possibili­dade parece sugerida e também favorecida pelo aprofundamento eclesiológico do Vaticano II. Nele foi de certo modo redescoberta e relan­çada a vocação do “leigo”, e iniciou-se uma evolução eclesial e apostólica que modifica não só a importância e a função, mas ainda a própria proporção dos Leigos compromissados e do seu trabalho apostólico.

Essa observação não é certamente arbitrá­ria, e não deveria ser interpretada “categorialmente” a favor de um grupo prescindindo do outro, mas unitariamente, como maturação histórica, como crescimento homogêneo. Um crescimento que não fere a índole própria da Congregação, mas lhe infunde maior possibili­dade de eficácia apostólica em vista de uma renovação global da comunidade, e, finalmente, a favor da autenticidade das suas duas dimen­sões fundamentais, a sacerdotal e a laical segundo sua mútua permeabilidade.

Permiti-me recorrer aqui a uma reflexão curiosa, e a certo ponto humorística e também corajosa do P. Rinaldi: “Segundo o espírito das outras Congregações – escreve ele – (não falo das antigas Ordens monásticas nas quais a coisa corria diversamente), o número dos irmãos leigos (...) devia submeter-se às exigências dos serviços secundários de que havia neces­sidade (...) quando se atingia o número necessário, o chamamento divino devia de certa maneira suspender sua atividade porque já não havia lugar para os pobres leigos (...).

“Com a sua Sociedade – prossegue o P. Rinaldi – Dom Bosco abriu o caminho da perfeição religiosa não só a um dado número, mas a todos os leigos que se sentem chamados a santificar-se na vida da comunidade, exercen­do o apostolado da educação entre a juventude pobre e abandonada, ou o missionário (...). Desse modo Dom Bosco, com a sua Sociedade, tornou a perfeição religiosa acessível a todas as categorias de pessoas, no exercício das mais diversas profissões culturais, artísticas, mecâni­cas e agrícolas. Na Sociedade Salesiana há lugar para as mais variadas categorias. Os menos ins­truídos santificar-se-ão nos trabalhos humildes das casas; os professores, nas cátedras, do primeiro primário às universitárias; os mestres de arte, em suas oficinas, e os agricultores, nos campos” (ACS 40, 574-575).

Perante essa perspectiva profética do P. Ri­naldi, os dados estatísticos que apresentamos nos sacodem e de certa maneira nos ferem. Obrigam-nos a sério exame de consciência e a acordar de uma espécie de letargia à qual talvez nos tenha levado uma prolongada super­ficialidade e a tormenta da aceleração das mu­danças.

Nossas estatísticas inserem-se evidentemen­te no vasto movimento da mudança cultural em curso. Alguns dos seus componentes, por exemplo, influíram pesadamente sobre certos aspectos da vida salesiana mais diretamente ligados ao mundo do trabalho.

A civilização da sociedade industrial está intimamente ligada ao progresso científico-técnico; por isso esteve sujeita a uma aceleração particularmente intensa; além disso, juntamente com o contínuo aperfeiçoamento dos meios e a ofuscante novidade, envolve uma visão do homem sempre mais fechada em si mesma, com uma permanente tentação de laicismo – tanto burguês como operário – que avilta os grandes ideais do Evangelho. É uma civilização rica de técnica, mas pobre de sabedoria; aberta ao consumismo e fechada ao sacrifício; ela cobre sobretudo o mundo do trabalho de uma atmosfera materialista muito sutil e penetrante: o homem (o *Homo faber*!) seria o “protagonis­ta” único que tudo pode.

Mesmo onde haja uma interpretação mais inteligente, recorre-se a filosofias imanentistas que tudo quereriam reduzir a secularismo. Assim, a figura original do “leigo cristão”, que realiza uma vocação eclesial na gestão do mun­do, aparece diminuída e adulterada. Devemos reconhecer que está havendo vasta crise da vo­cação laical nas suas diferentes expressões.

É um grande tema que nos sobrepuja, mas empolga. Não havemos de superar as dificul­dades da vocação do Coadjutor com saudades ou restaurações, mas com uma consciência renovada das realidades do Mundo e da missão da Igreja, em que haja um lugar claro e privi­legiado para repensar a fundo a “laicidade cristã” nas suas várias formas e para descobrir e intensificar o seu indispensável dinamismo. É o que, sobre isso, está a acontecer na Igreja. A aurora de uma nova época mais positiva e promissora.

Confiança na ação do Espírito Santo

O Espírito Santo assistiu nestes decênios à renovação do Povo de Deus mediante o Concílio Vaticano II dando novo enfoque ao argumento da vocação laical. Suscitou grupos originais que assumem vastos campos da laicidade como objeto de consagração secular (Institutos Secu­lares). Levou a Igreja a batizar o sinal dos tempos da promoção da mulher (setor de laici­dade imenso e fecundo). E, por fim, inspira as múltiplas vocações “laicais” masculinas de vida religiosa a belas invenções no campo da reatualização.

O CG21 convidou-nos, a nós Salesianos, a constatar que durante um século de existência a dimensão laical da nossa Congregação teve um florescimento original e que muitos Coadju­tores atingiram de fato a perfeição da caridade em grau heroico. “Todo irmão tem presente alguma figura de Salesiano Coadjutor que realizou essa plenitude em lugares diversos e situações variadas, ainda as mais escondidas e sacrificadas. Muitos entra­ram na história da Congregação; alguns dentre eles, mártires da fé ou heróis da caridade, são candidatos à glorificação dos santos” (CG21 191). Como não lembrar por exemplo que se acha em curso a causa de beatificação do Sr. Simão Srugi (da Palestina) e a do Sr. Artêmides Zatti (da Patagônia)?[[5]](#footnote-5) Todas essas inter­venções de ontem e de hoje, suscitadas pelo Espírito do Senhor convidam a nossa Congre­gação a enfileirar-se com esperança numa linha de atualizada recuperação.

A visão cristã da criação, a eclesiologia conciliar, os dados estatísticos, as mudanças culturais, os sinais dos tempos e todo o sofrimento da Igreja, nos concitam a assumir a responsabilidade de buscar juntos uma res­posta fiel e profética, enquanto nos abrem os horizontes de um novo futuro. A isto nos deve encorajar o empenho de renovação destes anos, a recente ampliação concreta das responsabilidades aos Salesianos Coadjutores, os significa­tivos resultados de algumas Inspetorias empe­nhadas, o sério trabalho vocacional e formativo pós-capitular. São todos estes passos positivos para um verdadeiro relançamento.

7.O compromisso mais urgente hoje

O Capítulo Geral Especial havia afirmado que “o trabalho mais importante e decisivo a ser realizado continua a ser a sensibilização ou mentalização, como se diz, de toda a Congre­gação ante o Coadjutor Salesiano” (CGE, n. 184).

Para tal fim fizeram-se no sexênio subse­quente Congressos inspetoriais e um Congresso Mundial. Devemos, entretanto, reconhecer com humildade que não foram suficientes. Urge, pois, tomar outras iniciativas, que penetrem mais a fundo em cada Inspetoria, em cada um dos irmãos.

Em não poucos Salesianos há necessidade de uma verdadeira conversão de mentalidade que, como vimos, toca, em última análise, a própria conceituação da Congregação. Penso que todos devemos repensar em consciência, por fidelidade salesiana, este aspecto vital da nossa identidade. Todas as iniciativas práticas poderiam resultar perigosamente transitórias e “categoriais”, se não houvesse na base esse explícito repensamento.

Sim, também esta minha carta que queria ser “breve e prática” teve que mudar um pouco em proporção e conteúdo, por lealdade para com a importância vital do argumento tratado. Deixai-me dizer que não nos podemos iludir. Não se trata de costurar um remendo sobre uma concepção velha. Devemos preocupar-nos em confeccionar uma roupa nova. Não é tanto uma “categoria” de sócios que está em crise, repito, mas é o componente laical da própria comunidade salesiana que é interpelada, e deve ser repensada em fidelidade a Dom Bosco e aos tempos.

Por isso, seguindo as orientações capitula­res, deveremos preocupar-nos concretamente em garantir:

* um conhecimento mais acurado da iden­tidade do Salesiano Coadjutor na Congregação;
* uma sensibilização cuidadosa, a respeito de todos os irmãos e comunidades locais;
* a atuação de uma eficaz pastoral voca­cional procurando também a maneira de quali­ficar a presença apostólica de Salesianos Coadjutores entre os jovens (CG21, n. 209);
* e a renovação da formação de todos os Salesianos; este último ponto pode ser considerado a chave de abóbada resolutiva para o início de uma solução concreta da crise.

O verdadeiro núcleo do chamado “problema do Sale­siano coadjutor” deve colocar-se nesta linha ampla e profunda: Como reatualizar a dimen­são laical da nossa Congregação sem cair no desvio secularista que aparece aqui e ali em vários dos nossos Padres (com uma inversão do clericalismo que às vezes passa também do erro ao ridículo)? Como fazer com que na Congregação o relançamento da sua dimensão laical comporte simultaneamente também uma dimensão sacerdotal mais clara e mais genuína? Como inventar novas e autênticas presenças salesianas, vitalmente impregnadas de “sacerdotalidade” e de laicidade, na cultura que emerge? Se abandonarmos certas instituições que as encarnaram durante um século, de que maneira prática lhes garantimos o futuro? Como relan­çar a figura do Salesiano Coadjutor, conservan­do a nossa forma comunitária de vida e os critérios próprios do Projeto educativo-pastoral de Dom Bosco? Como colocar uma pastoral vocacional a favor do Salesiano Coadjutor sabendo exprimir nela a “genial modernidade” de toda a Comunidade? Como apresentar hoje o ideal religioso da permeabilidade entre as duas dimensões sacerdotal e laical da nossa Congregação? Onde procurar ou como cultivar e com que meios fazer amadurecer os candida­tos? Como formá-los salesianamente para cada uma das duas opções?

Convido-vos a reler as “orientações práticas” do CG21 com uma vontade renovada de empe­nho (n. 206-211).

O ideal missionário, o “Projeto África”, um relançamento adequado das escolas profissio­nais, a promoção de centros juvenis operários, de movimentos cristãos de trabalhadores (Cf. CG21, n. 185), ou seja, a problemática juvenil do mundo do trabalho entendido como fato social e cultural (CG21, n. 183), não podem faltar na mesa das nossas programações.

Voltemos a refletir sobre como o CG21 se estende ao desenvolver o princípio da plena participação, ativa e responsável do Salesiano Coadjutor na ação apostólica da comunidade salesiana segundo o seu modo de ser laical (CG21, n. 181), que não se limita à visão unica­mente profissional mas avança até à educação explícita da fé e também ao exercício dos minis­térios não ordenados para quem a eles se sen­tisse chamado (CG21, n. 182).

Isso naturalmente empenha a fundo a Con­gregação para que os Salesianos Coadjutores possam estar à altura da sua missão de “educa­dores salesianos” (CG21 184), segundo as capacidades e o papel próprio de cada um, assegurando a cada um sobretudo os elementos espirituais adequados de que temos falado.

8. A tarefa estratégica da formação

Quero insistir ainda, antes de concluir, sobre o empenho da formação.

Depois do que dissemos, esse empenho não pode referir-se unicamente aos jovens Coadjutores, mas a todos os irmãos, Padres e Clérigos, também durante todo o período da formação tanto inicial como permanente. Sem um empenho extraordinário sobre a formação, não creio que se possam alcançar mudanças radicais em breve tempo. Mas se se organiza a formação de forma verdadeiramente renovada, sobretudo para as jovens gerações, o futuro será por certo pro­missor.

O CG21 quis enfrentar de forma unitária, ainda que necessariamente diversificada, o aspecto da formação do Salesiano sacerdote e do Salesiano coadjutor (CG21 240), pelas razões já anteriormente lembradas (Cf. CG21 244). Devemos objetivamente reconhecer que não obstante as ações já iniciadas muito resta ainda a fazer neste campo (Cf. CG21 299-300).

Unidade da formação

O CG21 insiste na “unidade da forma­ção”. Não têm verdadeira consciência salesiana o Padre e o Clérigo que ignoram os valores concretos da dimensão laical na Congregação, assim como não a tem o Coadjutor que ignore a sua dimensão sacerdotal.

Retomando o conteúdo do art. 103 das Constituições, o Capítulo insiste em que “Coad­jutores e futuros Sacerdotes recebem igual formação de base com um curriculum de nível paritário”. O que significa não só que o período de formação até a profissão perpétua tem as mesmas fases, mas também os mesmos conteúdos completos de “salesianidade”, evitan­do um setorialismo que poderia levar a errô­neas distâncias categoriais. Por isso “deseja” que, além do noviciado, e também no imediato pós-noviciado, “Clérigos e Coadjutores levem vida comum na mesma comunidade formadora onde veem valorizadas as duas formas da única vocação salesiana (CG21 303).

Lembra além disso que “a unidade da for­mação acha-se garantida na comunidade quan­do ela (...) possui uma equipe bem concorde de formadores, sacerdotes e coadjutores (...)”(CG21 245). Pois bem, essa afirmação da presença de Salesianos Coadjutores na equipe dos formadores é “nova e importante”. Substancialmente significa dizer que um irmão que ama­durecesse na sua vocação sem um conhecimento explícito e vivido da permeabilidade dos dois componentes, correria o risco de ser um Sale­siano incompleto.

Para evitar este setorialismo e “por fide­lidade ao carisma de fundação, os formadores – diz o Capítulo – devem procurar conhecer, apresentar e fazer apreciar melhor a identidade salesiana nas duas dimensões da vocação religioso-salesiana: a laical e a sacerdotal” (CG21 305). E acrescenta: “O Salesiano Coadjutor deve estar presente, sempre que possível, nas estruturas de formação não somente com fun­ções de formação cultural e técnica, mas sobre­tudo com empenhos de formação para a vida religiosa e salesiana. Por isso, nos próximos seis anos tenha-se especial cuidado na prepara­ção de Salesianos Coadjutores capazes de desem­penhar convenientemente a função de formado­res” (CG21 305).

Como se vê é um empenho preciso, ainda que (por agora) árduo, dada a situação atual de crise.

Formação específica

À luz dessa unidade de base, o Capítulo exige também uma cuidadosa ‘formação especí­fica’. Para que o Salesiano coadjutor e o Sale­siano padre possam deveras levar aos seus irmãos (respectivamente Padres ou Clérigos ou Coadjutores), a riqueza própria da sua diferen­ciação, é necessário que cada um cultive e apro­funde sua formação específica (CG21 292).

Nota-se na situação atual, certa “ausência de conteúdos específicos para a formação do Salesiano padre e do Salesiano coadjutor” (CG21 247), (mais acentuada para este do que para aquele). E se destacam alguns elemen­tos da formação específica do Salesiano Coad­jutor, a serem tidos presentes em todas as fases, integrando-os constantemente na dupla instân­cia de “estudo-reflexão” e de “prática-experiência”. São:

* “uma formação religioso-salesiana” que ajude o Coadjutor a compreender a originali­dade própria da nossa Sociedade;
* “uma adequada preparação pedagógica, humanística e salesiana”;
* uma suficiente competência apostólica de aprofundamento “teológico-catequética”;
* “uma preparação técnico-profissional”, segundo as capacidades e possibilidades de cada um em ordem ao “caráter educativo-pastoral” da nossa vocação;
* uma educação social-política que o pre­pare para a específica ação educativa, em parti­cular no mundo do trabalho” (Cf. CG21 302).

Nisso tudo será por certo preciso levar em conta o pluralismo característico da dimensão laical na Congregação e as possibilidades con­cretas de cada candidato.

A experiência e a reflexão de todos poderão ampliar e enriquecer os elementos capitulares enunciados.

Formação permanente

Deve-se, por fim, dar particular importân­cia à formação permanente. O CG21 ofereceu-nos, neste campo, um documento breve, mas rico de novidades e perspectivas (Cf. CG21 307-342). É necessário reler e repensar os seus conteúdos em vista de um relançamento atual do Salesiano Coadjutor. Seja os documen­tos capitulares que se referem ao Coadjutor, seja esta minha carta (e sobretudo a do P. Ri­naldi), seja as fontes e os estudos até agora feitos a respeito,[[6]](#footnote-6) deveriam constituir um ma­terial privilegiado para as iniciativas de forma­ção permanente. Esta é uma responsabilidade de cada Inspetoria, de cada Casa e de cada Irmão.

Seria igualmente para desejar que se pudessem organizar encontros de estudo e de convivência (como alguns grupos de Inspetorias louvavelmente já fizeram) com a finalidade de aprofundar alguns pontos ainda pouco assimi­lados. Isso acarretaria um grande bem, não só para o enriquecimento pessoal dos participantes, mas também para a contribuição que tais iniciativas poderiam oferecer à elaboração dos currículos formativos dos Coadjutores que o Capítulo pede às Inspetorias (CG21 301 e 306).

9. Dois apelos autorizados

Para concluir, deixai-me trazer aqui dois apelos paternos e insistentes de dois Reitores-Mores, que viveram com Dom Bosco e sentiram a fundo a originalidade e a importância deste nosso tema.

O primeiro é do P. Filipe Rinaldi, dirigido particularmente aos “caríssimos Coadjutores” na circular de 1927: “O pouco que até aqui expus facilitou-vos formar um justo conceito da grandeza da vossa vocação; pois bem, dai graças ao Senhor de coração, amai-a e guardai-a zelo­samente.

“Não esqueçais nunca que vos fizestes reli­giosos por uma graça especial de Deus, o qual vos chamou a tender constantemente à perfei­ção (...). Sede, pois, e mostrai-vos em toda a parte como vos quer o nosso bom Pai. Sede seus imitadores na piedade sólida; no amor ardente a Jesus e a Maria SS. Auxiliadora; na vigilância constante sobre vós mesmos; na fuga das ocasiões; na dignidade do porte; na simpli­cidade decorosa do vestuário, isenta de toda sombra de requinte mundano; na assiduidade ao trabalho; no amor à Sociedade; no zelo em educar cristãmente os jovens confiados aos vossos cuidados, animando-os, mais com a suavidade da vossa vida do que com as palavras, a desejar também eles tornarem-se Salesianos para fazer o bem a muitos outros jovens.

“Para ter bom êxito em tudo isso, caríssi­mos Coadjutores, deveis colocar especial cuidado e empregar todo o tempo de que puderdes dispor para vos instruirdes bem na religião e nas coisas espirituais da alma. Religioso é sinôni­mo de homem consagrado a Deus, de homem espiritual. Desse modo sereis perseverantes na vossa vocação, continuamente e de mil manei­ras atacada, e vos tornareis aptos para catequizar e instruir os outros. Olhai para o alto, para a santidade, a fim de evitar o perigo de vos materializardes demais no exercício da vossa arte” (ACS 40 579).

O segundo apelo é do P. Paulo Albera na circular sobre as Vocações, em que convida toda a Congregação a trabalhar com inteligência e indefesamente numa pastoral vocacional em favor do Salesiano coadjutor.

“Apresentando – escreve – a missão do Coadjutor Salesiano em toda a sua importância social, em toda a sua atraente beleza e varieda­de, aos jovens (...), eles facilmente terão von­tade de abraçá-la. Essas vocações, ó meus caros, são uma das necessidades mais imperiosas para a nossa Sociedade, que sem elas não saberia conseguir as elevadas finalidades sociais que lhe são impostas pelo tempo presente; e por outra parte a instituição dos Coadjutores forma uma das mais geniais criações da caridade, sempre desejosa de tornar para todos mais fáceis os caminhos da perfeição.

“Cultivemos, pois, com particular empenho boas vocações de Coadjutores. Falando de voca­ção salesiana, façamos claramente compreender que se pode tê-la inteira e completa mesmo sem o sacerdócio, e que os Coadjutores da nossa Pia Sociedade são, em tudo, iguais aos padres, tanto pelos direitos sociais quanto pelas vantagens espirituais (...).

“Lembremo-nos, ó meus caríssimos, que de nada adiantariam as mais assíduas indústrias para ter boas vocações de Coadjutores, se os alunos não vissem praticamente na nossa vida salesiana a verdadeira igualdade e fraternidade entre Padres e Coadjutores, de que gabamos com palavras” (ACS 4, maio de 1921, 206-207).

Ouçamos, queridos irmãos, o ardor e a preocupação contidos nestes autorizados apelos, despertemos em nós o conhecimento e o amor pela originalidade integral da nossa Congre­gação, movamos o nosso espírito de iniciativa, a nossa flexibilidade ante as conjunturas dos tempos e a nossa capacidade de oração e de organização para relançar a figura do Salesiano Coadjutor, que garante o componente laical das nossas Comunidades.

Confiemos, a exemplo de Dom Bosco, na proteção especial da Virgem Maria, a Senhora das nossas origens. Ela nos ajudará a dar novo entusiasmo e vitalidade a esta bela Vocação salesiana, que Ela suscitou e guiou em tempos difíceis.

Em comunhão de oração e na fraterna corresponsabilidade neste urgente empenho, auguramo-nos mutuamente muito bom êxito.

Com afeto e esperança,



P.Egídio Viganò

Reitor-Mor

1. Cf. *Laicità* – *Problemi e Prospettive,* Atos do 47º Curso de atualização cultural da Universidade Católica de Milão, 1977, Contribuição de vários autores, Ed. “Vita e Pensiero”. – Cf. *II Problema della Società industriale* – Projetos de desenvolvi­mento e desenvolvimento do Homem, Atos do 48º Curso de atualização cultural da Universidade Católica de Milão, 1978, Contribuição de vários autores, Ed. ‘Vita e Pensiero’. [↑](#footnote-ref-1)
2. Citado por Congar em *Jalons pour une théologie du laïcat*, Ed. Cerf, Paris, 1953, 548. [↑](#footnote-ref-2)
3. Cf. *Verbali del terzo Capitolo Generale — Settembre 1883.* Entre os pontos das matérias tratadas, duas dizem respeito aos Coadjutores: IV - Cultura dos Irmãos Coadjutores, V - Orientação a ser dada à parte operária nas Casas Salesianas e meios para desenvolver a vocação dos jovens aprendizes.

   “O P. Rua abre a conferência com as orações de costume. O Relator P. Belmonte lê os estudos feitos sobre o tema IV referente à cultura dos irmãos coadjutores.

   “Entra Dom Bosco e lê-se o tema V (...).

   “Discute-se se convém deixar ou não o nome de Coadjutor para os sócios seculares ou mudá-lo para de irmão (...).

   “Dependendo dessa questão o irmão Barale alude a um pouco de negli­gência que se verifica entre os novos e os antigos e os recém-chegados.

   “Dom Bosco com muita oportunidade relê a este propósito: Todos os sócios serão considerados como irmãos, etc. *—* Cap. 2, art. 1.

   “O P. Bonetti propõe um cânone assim concebido: Todos os sócios tanto sacerdotes como leigos sejam tratados...

   “Dom Bosco observa que é conveniente conservar inteiramente os nomes mantidos pela Congregação dos Bispos e Regulares: Fratres Coadiutores”. [↑](#footnote-ref-3)
4. Cf. “Estatísticas” em “Documentos e Notícias”, mais adiante. [↑](#footnote-ref-4)
5. Ver biografias de:

   Srugi Simone: *Un buon samaritano concittadino di Gesù*, de Ernesto Forti, Leumann-To, LDC, 1967, 195.

   Zatti Artemide: *El pariente de todos los pobres* – *Artemide Zatti*, de Raul A. Entraigas, Buenos Aires, Ed. Don Bosco, 1953, 218.

   — *Artemide Zatti, parente di tutti i poveri*, de Enzo Bianco, Leumann-To, LDC, 1978, 440.

   E também:

   Buzzetti Giuseppe: *Un prediletto Coadiutore di Don Bosco*, de Euge­nio Pilla, Turim-SEI, 1960,101.

   Conci Carlos— *Boceto biográfico de un hombre y de una época*, de Juan E. Belza, Buenos Aires, Colégio Pio IX, 1967, 399.

   Corso José Fermin: *El maestro Corso, rasgos biográficos de un Coadjutor salesiano*, de Rodolfo Torres Fierro, Escuela tipográfica salesiana, Ca­racas, 1935.

   Dalmau Joaquin: *Dom Joaquin Dalmau, Modelo de Coadjutores salesianos,* de Juan Romero, Sevilla (?), 1947, 171.

   Ferraris Pietro: *Brother Peter Ferrari S.D. B.,* de Alvin Manni, Don Bosco Publications, New Rochelle, Nova Iorque, 1979, 143.

   Ortiz Alzuela Jaime: *Jaime Ortiz Alzuela, Coadjutor salesiano y mártir de Cristo,* de Amadeu Burdeus, Librería Salesiana Barcelona, 1952, 112.

   Rossi Marcello: *La sentinella dell’Oratorio,* de Rufillo Uguccioni, Tori­no-SEI, 1954 143.

   Uggetti Gianbattista: *Il fornaio di Betlemme*, de Adolfo L’Arco, Leumann-TO, 1978, 81.

   *Profili di 33 Coadiutori salesiani,* de Eugenio Ceria, Colle Don Bosco Asti, LDC, 1952, 294.

   *Soldati senza divisa,* de Rufillo Uguccioni, Leumann-TO, LDC, 1959, 83.

   *Tríptico modelo, rasgos biográficos de tres Coadjutores salesianos,* de Luis J. Del Real, Bogotá, 1942, 110.

   *Una respuesta original,* de Dante Brambilla, Editorial Don Bosco, Buenos Aires, 1976, 94. [↑](#footnote-ref-5)
6. Ver:

   Aubry Joseph – Schoenenberg Pierre, *Don Bosco li volle cosi*, Turim LDC-191, 89.

   Braido Pietro, *Religiosi nuovi per il mondo dei lavoro. Documenti per un profilo dei Coadiutore salesiano,* Roma PAS, 1961, 290.

   Broccardo Pietro – Cerisio Nicola – Romaldi Renato (Ed.)), *Atti Convegno Mondiale Salesiano Coadiutore* – Roma ‘75, Roma, Scuola grafica salesiana, 1975, 699.

   Tradução em inglês:

   Acts World Congress The Salesian Brother, Home 31 August – 7 Sept. 1975, Printed at SIGA Madras-India, 1976, 539.

   Ceria Eugenio, I Coadiutori, Cap. LXV dei Vol. I degli Annali della Società Salesiana, SEI-TO, 1941, p. 702-711.

   Conferenza Ispettori d’Italia, II Salesiano coadiutore, Colle Don Bosco Asti, 1967, 84.

   Tradução em francês e espanhol:

   Jornadas de estudio sobre la colaboración entre los Coadjutores y Sacerdo­tes, Casa deli Coadjutor ‘Institución Fernández’, San Isidro Buenos Aires, 1964, 72.

   O Salesiano coadjutor, uma vocação de ‘religioso leigo’ a serviço da missão salesiana, em Documentos Capitulares: CG21 da Sociedade Salesiana, Doe. 2, Escolas Profissionais Salesianas, São Paulo, n. 166-239.

   Midali Mario – Bruno Gaetano – Aubry Giuseppe, Contributo di studio allo schema III dei CG21, Ed. S. D. B., Roma, 1977, 131.

   The Salesian Brother, Special issue of the Salesian Bulletin, May 1980, New Rochelle, New York 10802. [↑](#footnote-ref-6)